

UNIVERSIDADE LTDA.

Benedito Honório Machado

Professor-associado do departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP

*A expansão das
fundações de
direito privado
dentro da USP
é hoje um dos
principais
problemas da
universidade, que
já se encontra
parcialmente
privatizada*



A universidade pública deve ter um caráter solidário e todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão precisam estar voltadas para o benefício de toda a sociedade que a mantém e não apenas para pequenos segmentos sociais internos ou externos que possam vender e comprar os seus produtos e serviços, respectivamente. Neste sentido, um dos principais problemas que a Universidade de São Paulo tem hoje, no meu entendimento, está relacionado à expansão das fundações de direito privado dentro dos nossos *campi*.

O modelo de universidade que vem sendo implantado desde 1988, pelas sucessivas administrações, estimulou num primeiro momento os segmentos das unidades profissionalizantes a buscarem recursos financeiros para complementar a remuneração salarial através das assessorias. Estes recursos foram e continuam sendo utilizados principalmente para a remuneração destes segmentos, uma vez que os salários pagos pela universidade não são compatíveis com aqueles pagos pelo chamado mercado. Dessa forma, podemos entender que parte da universidade foi “privatizada”. Ou, pelo menos, parte do tempo de dedicação dos seus docentes de áreas que têm produtos e/ou serviços para vender foi privatizada.

Este segmento de docentes “profissionalizados” efetivamente se beneficiou da grife USP, a qual é um patrimônio de todos e construída por várias gerações de docentes, funcionários e alunos. Portanto, pode-se afirmar que este segmento, além de usar a grife USP, passou a utilizar, em muitos casos, as instalações da universidade para realizar os seus “empreendimentos”. Se não bastasse esta privatização do espaço público, vale ressaltar que os segmentos que se encontram do outro lado deste balcão não são as camadas mais

Este sofisticado processo de privatização iniciou-se em 1988, com a edição da resolução 3533, que minou as bases do RDIDP, uma vez que os docentes puderam, a partir de então, de forma legal, vender serviços, conhecimentos ou produtos

carentes da nossa sociedade, mas sim aqueles segmentos mais abastados, que podem pagar pelos produtos e/ou serviços.

Dessa forma, este processo introduzido na nossa universidade, além de sofisticado, pois trata-se de uma privatização não declarada, é muito perverso do ponto de vista social, pois penaliza a universidade e a sociedade no seu conjunto em benefício de alguns. Além destes problemas conceituais, existem aqueles aspectos relacionados à lógica de empreendimentos lucrativos, nos quais os mecanismos legais nem sempre são observados.

Por esta razão, várias fundações vinculadas à USP têm freqüentado o noticiário judicial e até mesmo policial com mais freqüência do que se desejaria para uma universidade pública, cuja credibilidade foi construída ao longo dos anos. Nestes casos, quando as fundações ou empreendimentos são investigados pelo Ministério Público, novamente o nome USP é usado como escudo para a proteção destes empreendedores mal sucedidos. A máxima e velha “capitalizar os lucros e socializar as perdas” tem sido praticada por alguns destes segmentos da universidade não mais comprometidos com os objetivos maiores de uma verdadeira universidade pública.

Como este processo sofisticado de privatização foi introduzido na nossa universidade ao longo dos últimos anos? No meu entendimento este processo se iniciou no ano de 1988, com a edição da resolução 3533. Esta resolução aparentemente tão simples minou as bases do regime de dedicação exclusiva, uma vez que os docentes das unidades profissionalizantes puderam, a partir de então, de forma legal, vender os seus serviços, conhecimentos ou produtos a quem se dispusesse a comprá-los. Como conseqüência, este segmento de docentes teve num primeiro momento o seu problema de remuneração mensal resolvido, uma vez que os professores das áreas profissionalizantes passaram a ter re-

munerações de duas a cinco vezes maiores (em alguns casos muitas vezes mais) que o salário pago pela universidade. Dessa forma, este segmento se dissociou das discussões coletivas próprias do meio universitário e passou a tocar de forma individual ou através das fundações, de direito privado, os seus próprios negócios.

Nas unidades profissionalizantes, nas quais se constituíram estas fundações, perdeu-se o caráter universitário e solidário e todos os aspectos da vida universitária passaram a ser encarados dentro de uma ótica puramente empresarial. A postura de algumas destas unidades ou de alguns dos seus segmentos na última greve, ao se isolarem das discussões que ocorreram naquele momento, refletem o seu distanciamento de um modelo de universidade pública aberta ao debate. Como consequência, é compreensível a postura empresarial absolutamente equivocada da atual administração da USP, oriunda de uma dessas unidades.

Numa etapa subsequente à resolução 3533 tivemos a constituição das fundações no seio daquelas unidades profissionalizantes como a Poli, FEA e as Medicinas, entre outras unidades. Como mencionado acima, estas fundações passaram a gerenciar a privatização do tempo de trabalho destes segmentos docentes, como se fossem cooperativas de trabalho e se constituíram num poder paralelo determinante nos rumos de cada uma destas unidades. Dessa forma, as decisões dos órgãos colegiados passaram a ser monitoriza-

das e mesmo determinadas pelos interesses não-acadêmicos destes grupos. Os interesses econômicos e a falta de mecanismos de controle eficientes da própria universidade fizeram com que estas instituições se distanciassem de um modelo acadêmico voltado para os objetivos maiores de uma universidade pública.

Dentro deste cenário caberia perguntar se os últimos reitores da USP tiveram alguma parcela de culpa por este quadro. Seguramente que sim, pois todos, especialmente aqueles a partir da resolução 3533, foram permissivos na indução dos conceitos de auto-financiamento da atividade universitária e todos eles deixaram a universidade logo após, ou mesmo antes da conclusão dos seus respectivos mandatos, mostrando de forma clara que se compromissos havia, seguramente não seriam com os destinos da universidade pública de qualidade.

Com relação aos segmentos profissionalizados e que optaram pela flexibilização do RDIDP cabe também perguntar se eles continuaram a sua produção acadêmica e intelectual nos mesmos padrões daqueles segmentos de docentes não “flexibilizados”. Esta pergunta é difícil de responder, uma vez que desconheço levantamentos comparativos da produção acadêmica destes e dos demais setores da universidade. No entanto, acredito que a maior parte da produção acadêmica da USP continua sendo feita por aqueles docentes que continuam no regime de dedicação exclusiva à universi-

dade e que não usufruem das “vantagens” da privatização do regime de trabalho. Desta forma, estes docentes responsáveis pelos índices crescentes de produtividade acadêmica da universidade, como número de publicações internacionais e teses de doutoramento, por exemplo, contribuem cada vez mais para que os seus colegas “flexibilizados” tenham remunerações cada vez maiores, pois o valor acadêmico agregado à grife USP passa a ter progressivamente um valor de mercado cada vez maior, uma vez que esta se constitui na melhor universidade brasileira, qualquer que seja o critério de avaliação adotado.

Um bom exemplo neste caso é a FEA de Ribeirão Preto, que se instalou na cidade e a partir da grife USP, construída por gerações de professores deste campus, passou a usufruir de um excelente mercado através dos seus cursos pagos, gerenciados pelas suas fundações. Na última greve dos docentes e funcionários da universidade, os docentes desta unidade do campus de Ribeirão Preto, assim como a maioria dos docentes de áreas clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que também se beneficiam da sua respectiva fundação, simplesmente ignoraram as discussões que ocorriam com o conjunto dos docentes do campus, uma vez que o seu modelo de universidade-empresa não correspondia àquele que a maioria da universidade estava defendendo.

Estes segmentos de docentes vinculados às fundações deveriam pelo menos discutir com a comuni-

dade os seus argumentos, mas provavelmente devido à lógica empresarial de que tempo é dinheiro eles não poderiam participar de tais discussões universitárias, uma vez que estas, por princípio, não têm valor de mercado. Dessa forma, entidades de direito privado constituídas por docentes com excelente formação profissional, na grande maioria das vezes custeadas com recursos públicos através de bolsas de pós-graduação e/ou pós-doutoramento, atuando dentro dos nossos *campi*, se contrapõem aos objetivos maiores de uma universidade pública e precisam urgentemente ser rediscutidas.

No contexto atual é fundamental reverter este quadro perverso da “flexibilização” do regime de trabalho, através da valorização do regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP), de forma que a dignidade salarial e a verdadeira vocação acadêmica retornem ao seu leito natural. Aqueles docentes que preferirem a economia de mercado poderão, se for o caso, optar por regime de trabalho parcial, de tal forma que o núcleo central da universidade seja efetivamente constituído de docentes-pesquisadores e não de arremedos de empresários protegidos pela estrutura e pela imagem de uma grande universidade pública. Caso estas mudanças não sejam efetivadas a curto prazo, corremos o sério risco de que os melhores departamentos da universidade sejam ex-

tintos naturalmente pelas aposentadorias e a incapacidade da universidade de atrair novos talentos para a vida acadêmica.

Se o elo entre a atual e a futura geração de pesquisadores vier a se perder, estaremos sepultando o trabalho de várias gerações de brasileiros ao longo dos mais de setenta anos da USP. A mudança do Estatuto, visando a abertura da carreira universitária e consequentemente a estrutura de poder na USP, é no meu entendi-

Entidades de direito privado constituídas por docentes com excelente formação, custeadas com recursos públicos através de bolsas de pós-graduação ou pós-doutoramento, atuando dentro dos nossos campi, se contrapõem aos objetivos maiores de uma universidade pública e precisam urgentemente ser rediscutidas

mento a única saída para os problemas que vivemos atualmente. Não é possível que na melhor universidade brasileira apenas 10% do quadro docente possa chegar à condição de professor titular. Seguramente o problema não é de mérito acadêmico, mas sim e principalmente devido a uma estrutura de poder baseada no clientelismo e na intimidação dos chamados “dirigentes” universitários, que dentro da lógica atual, não pode exceder a um pequeno universo de apenas 10% dos seus docentes.

O fechado círculo de poder da USP, representado principalmente pelo Conselho Universitário, não tem dado mostras de que esteja motivado às transformações necessárias no estatuto, pois este pequeno segmento se apropriou da universidade como se ela fosse uma empresa familiar, nos moldes daquelas do início do século. Neste sentido, a atual estrutura “dirigente” da USP, ainda que tenha muito apreço pela gestão empresarial, parece estar mais adequada para uma administração no estilo familiar das companhias limitadas do que para as empresas de capital aberto (sociedades anônimas), apenas para situá-la no contexto empresarial, tão utilizado ultimamente.

Diante de todas as dificuldades acima destacadas temos que fortalecer a organização dos sindicatos de docentes e de funcionários, bem como os centros acadêmicos, para que nós, juntos, nos diferentes *campi* da USP busquemos as mudanças necessárias à preservação da nossa universidade pública para as gerações futuras. O desafio é grande, mas as demonstrações de organização e luta dos diferentes segmentos da universidade, por ocasião da última greve, trazem-nos o alento de que nem tudo está perdido e que o sonho de uma universidade pública socialmente comprometida e administrada de forma transparente é absolutamente possível. 